Agrupamento de Escolas de Cristelo

Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica 2.0

P-PIP 2.0

2025/2026

NOTA PRÉVIA

Para facilitar a leitura, quando não é possível adotar linguagem neutra, são utilizadas palavras no masculino para designar, indistintamente, os géneros masculino e feminino.

O termo “aluno” é utilizado como referência a todas as crianças e jovens que frequentam a escolaridade, bem como às crianças na educação pré-escolar.

O termo “pais” é utilizado como referência a pais e encarregados de educação.

Os termos “Escola” e AEC são utilizados como referência ao Agrupamento de Escolas de Cristelo.

Índice

NOTA PRÉVIA 2
I- INTRODUÇÃO 4
1. Identificação da Unidade Orgânica 5
I- PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: AMBIÇÃO, EQUIDADE E LIBERDADE 6
II- PRINCÍPIOS ORIENTADORES 6
1. Simplicidade / Atratividade 6
2. Flexibilidade 6
3. Sustentabilidade 6
4. Investigação-Ação/Cooperação 6
III- MISSÃO-VISÃO-VALORES-OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 7
IV- CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS E DA OFERTA EDUCATIVA 7
1. Recursos Físicos e Materiais 8
2. Recursos Humanos 9
3. População discente e oferta educativa 9
V- ANÁLISE SWOT 10
VI- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) 11
VII- QUADRO PARA A APRENDIZAGEM DO SÉCULO XXI 11
VIII- PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA (PASEO) 14
IX- APRENDIZAGENS ESSENCIAIS (AE) 14
X- ESTRATÉGIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA (ENEC) 15
XI- OBJETIVOS E METAS 15
XII- MATRIZ CURRICULAR 18
XIII- MONITORIZAÇÃO 21
XIV- PLANO DE CAPACITAÇÃO 22
XV- PARTICIPAÇÃO E RELAÇÃO DA COMUNIDADE 23
XVI- FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO 24
XVII- DISPOSIÇÕES FINAIS 24
ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR 25
ANEXO II – PENSAMENTO CIENTÍFICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 27

I- INTRODUÇÃO

O Plano de Ação (PA) do AEC, ao abrigo do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho, Programa TEIP4, emerge como uma resposta estratégica aos diagnósticos elaborados a partir dos relatórios do Observatório de Qualidade (OQ), complementados pelo relatório de autoavaliação institucional e diversos relatórios semestrais associados ao Programa TEIP 3. Essa metodologia assegura que as ações propostas estejam fundamentadas em dados empíricos e reflexões internas, alinhando-se com as diretrizes do Projeto Educativo do Agrupamento e promovendo uma cultura de melhoria contínua (Hargreaves & Fullan, 2012)[1].

Ademais, a experiência no projeto-piloto de inovação pedagógica, entre 2016 e 2019, consolidou a capacidade de implementar soluções inovadoras que permitem a eliminação do abandono e do insucesso escolar, ao mesmo tempo que se aprofundavam medidas de articulação disciplinar. Entretanto, a autonomia curricular instituída pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2021, de 3 de agosto, e materializada, entre outras, na possibilidade de gestão flexível das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas, deu corpo àquela aposta em respostas curriculares e pedagógicas específicas e adequadas ao contexto deste agrupamento, aprofundadas com a Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, mais, tarde, com a Portaria n.º 306/2021, de 17 de dezembro.

Adicionalmente, o PA do AEC integra outras ferramentas de autoavaliação, como relatório da Biblioteca Escolar, e considera as recomendações do último Relatório da Avaliação Externa da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), bem como as diretrizes estabelecidas para a elaboração dos planos de melhoria. Esta abordagem holística está em consonância com os preceitos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 55/2018 e pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que enfatizam a importância da autonomia e da inclusão no contexto educacional (Diário da República Portuguesa, 2018)[2].

Decorridos estes anos, torna-se imperativo prestar uma atenção diligente ao ensino secundário e, com base na análise do currículo atual, cuja estrutura se encontra compartimentada em quatro cursos, os quais podem não corresponder aos interesses e potencialidades dos alunos, propor a elaboração de uma nova matriz curricular. Este é o propósito central do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica 2.0 (P-PIP 2.0), desenvolvido com a colaboração de outras escolas a nível nacional.

[1] Hargreaves, A., & Fullan, M. (2012). Professional Capital: Transforming Teaching in Every School. New York, NY: Teachers College Press.
[2] Diário da República Portuguesa. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Esta matriz propõe-se:

a) dar resposta aos desafios trazidos pelas novas literacias e à inclusão de competências complexas;

b) garantir o acesso ao ensino superior com as regras existentes e a mobilidade dos alunos;

c) orientar para um percurso de formação mais autónomo e pessoal.

O enfoque na autonomia e na diversificação de respostas educativas visa atender às necessidades individuais dos alunos, promovendo a inclusão e a equidade, conforme evidenciado por melhorias nos indicadores de sucesso educativo e na diminuição das taxas de abandono escolar. Estas dinâmicas refletem-se no compromisso com um ensino de qualidade, alinhado às políticas educativas nacionais e superando as médias de progresso a nível nacional, garantindo princípios de ambição, equidade e liberdade. Além do mais, o desenvolvimento de projetos de inovação pedagógica no ensino secundário em Portugal deve ser enquadrado no contexto dos documentos curriculares: Aprendizagens Essenciais (AE); Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO); Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e, acrescentando a estes documentos curriculares, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste enquadramento teórico, propomos um projeto que visa reforçar a qualidade do ensino e a formação integral dos alunos, preparando-os para os desafios da sociedade contemporânea.

A monitorização e avaliação contínua do P-PIP 2.0 é assegurada pelo Observatório da Qualidade, garantindo que o impacto das intervenções seja, tanto quanto possível, mensurável e alinhado com os objetivos de melhoria estabelecidos. Sublinha-se, por isso, a importância da autoavaliação como mecanismo de reflexão e ajuste contínuo das práticas institucionais, visando a excelência educativa (Danielson, 2007)[3].

1. Identificação da Unidade Orgânica

Elementos da Escola	Descrição
Nome da organização	Agrupamento de Escolas de Cristelo – Código 150770
Localização	Rua Dr. Adriano Magalhães, nº201 – 4580-352 Cristelo
Diretor	Manuel Lourenço
Coordenador PE TEIP	Luís Dantas
Coordenadora do PPIP 2.0	Cátia Santos
Coordenador do Observatório da Qualidade	Francisco Fernandes
Contactos	Telefone: 255 783 280; 937 696 398; 937 696 399
	E-mail: aecris@agcristelo.edu.pt
Divulgação	Página de internet: https://agcristelo.edu.pt/
	Jornal escolar on-line: https://agcristelo.edu.pt/papagaio/
	Facebook: https://www.facebook.com/cristelo.cristelo.7
Período da Implementação	2024-2027

[3] Danielson, C. (2007). Enhancing Professional Practice: A Framework for Teaching. Alexandria, VA: Association for Supervision and Curriculum Development.

I- PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: AMBIÇÃO, EQUIDADE E LIBERDADE

Para desenvolver um projeto de inovação pedagógica que responda aos desafios dos ODS, articulados com as AE, o PASEO e a ENEC, baseamo-nos nos seguintes princípios:

1. Ambição: Criação de novas disciplinas e promoção de objetivos educativos elevados e rigorosos, capacitando todos os alunos para atingirem o seu potencial máximo.
2. Equidade: Garantir oportunidades de aprendizagem de qualidade para todos, combatendo desigualdades sociais e económicas.
3. Liberdade: Fomentar a autonomia e a escolha informada dos alunos no seu percurso educativo.

II- PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Para além dos princípios gerais enunciados, que norteiam toda a ação, há outros que devem ser atendidos e que permitem centralizar a ação.

1. **Simplicidade / Atratividade**
   a) Matriz de fácil compreensão e que vá ao encontro das expetativas dos alunos.
   b) Momentos de integração profissional. Os alunos podem conhecer o quotidiano de empresas, instituições do ensino superior e outras, que lhes permitam ter uma visão das suas escolhas de futuro.
2. **Flexibilidade**
   a) Aumentar as ofertas aos alunos.
   b) Possibilidade de várias conjugações nas escolhas dos alunos.
   c) Possibilidade de qualquer bienal ser convertida em anual.
3. **Sustentabilidade**
   a) Concretização dos documentos orientadores (AE; PASEO).
   b) Compatibilidade com as escolhas de futuro dos alunos.
   c) Compatibilidade com as escolas de diferentes dimensões. O modelo deve ser exequível por todas as escolas, independentemente do número de alunos.
4. **Investigação-Ação/Cooperação**
   a) Garantir o Projeto para todos os alunos.
   b) Possibilitar o trabalho cooperativo nos 10.º e 11.º anos.
   c) Garantir uma profunda articulação com as temáticas de Cidadania.
   d) Possibilitar o aprofundamento do projeto no 12.º ano, permitindo a ligação à integração profissional.

III- MISSÃO-VISÃO-VALORES-OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

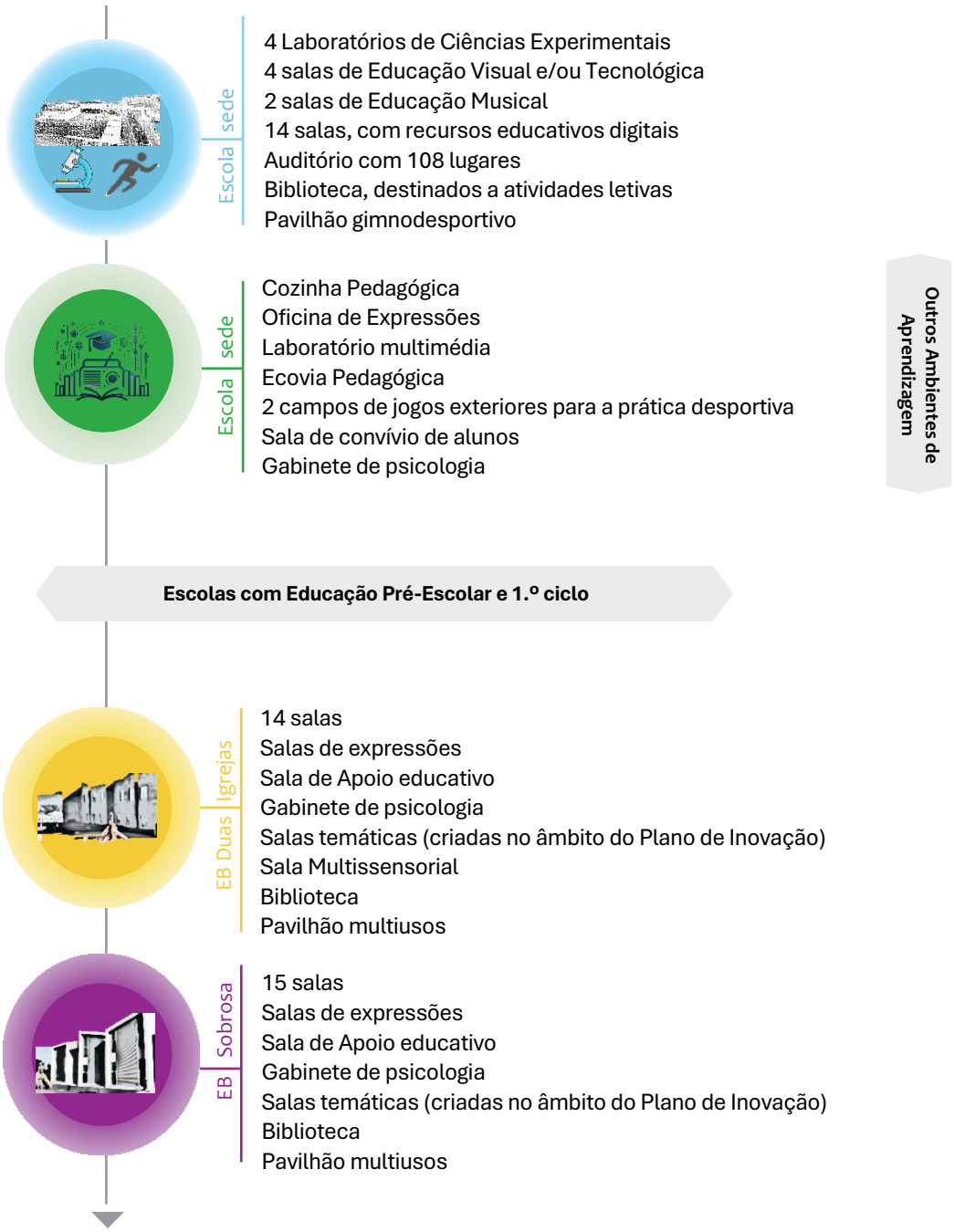
A Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Estratégicos do Agrupamento estão fortemente alinhados com as AE, o PASEO, a ENEC e os ODS, numa perspetiva holística do conhecimento e da aprendizagem integral do aluno, enquanto cidadão do mundo.

IV- CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS E DA OFERTA EDUCATIVA

A contextualização do AEC, no que diz respeito à caracterização do meio envolvente, não será aqui abordada, uma vez que esses aspetos estão detalhadamente abordados no Projeto Educativo. Aqui proceder-se-á à análise dos recursos físicos, materiais e humanos disponíveis, bem como à descrição geral da população discente e a sua distribuição pelas diversas ofertas educativas disponíveis.

1. Recursos Físicos e Materiais

O Agrupamento está sediado na Escola Básica e Secundária de Cristelo, uma estrutura unificada de dois andares, e engloba mais duas unidades de ensino básico, com educação pré-escolar: Escola Básica de Duas Igrejas e Escola Básica de Sobrosa. Apesar do P-PIP 2.0 ter como objeto o ensino secundário, abordam-se as três escolas que integram o AEC, a fim de não se perder o conceito de unidade orgânica:



2. Recursos Humanos

Na infografia ao lado inscrevem-se os recursos humanos existentes em setembro de 2023, desde o corpo docente ao não docente. Nesta listagem destacam-se os recursos aos quais a Escola se candidata e que foram alvo de atribuição no contexto do contrato programa TEIP 3.

PESSOAL DOCENTE

QE + QZP - 87

CONTRATADOS - 13

RECURSOS NO ÂMBITO DO TEIP - 126h

PESSOAL NÃO DOCENTE

ASSISTENTES TÉCNICOS - 10

ASSISTENTES OPERACIONAIS - 36

PESSOAL NÃO DOCENTE

OUTROS TÉCNICOS - 2,5

Psicólogo - 35 h

Psicólogo - 18 h

Educadora Social - 18 h

Técnica de Informática - 18 h

Fonte: Mapa de faltas do mês de setembro de 2023

3. População discente e oferta educativa

Educação Pré-Escolar

	EB Duas Igrejas	EB Sobrosa
N.º de Grupos	4	6
N.º de crianças	83	120
N.º de Educadoras	4	6

1.º Ciclo

	EB Duas Igrejas	EB Sobrosa
N.º de Turmas	6	9
N.º de Alunos	126	175
N.º de Professores	8	12

2.º /3.ºCiclo e Secundário

N.º de Professores ---- 70

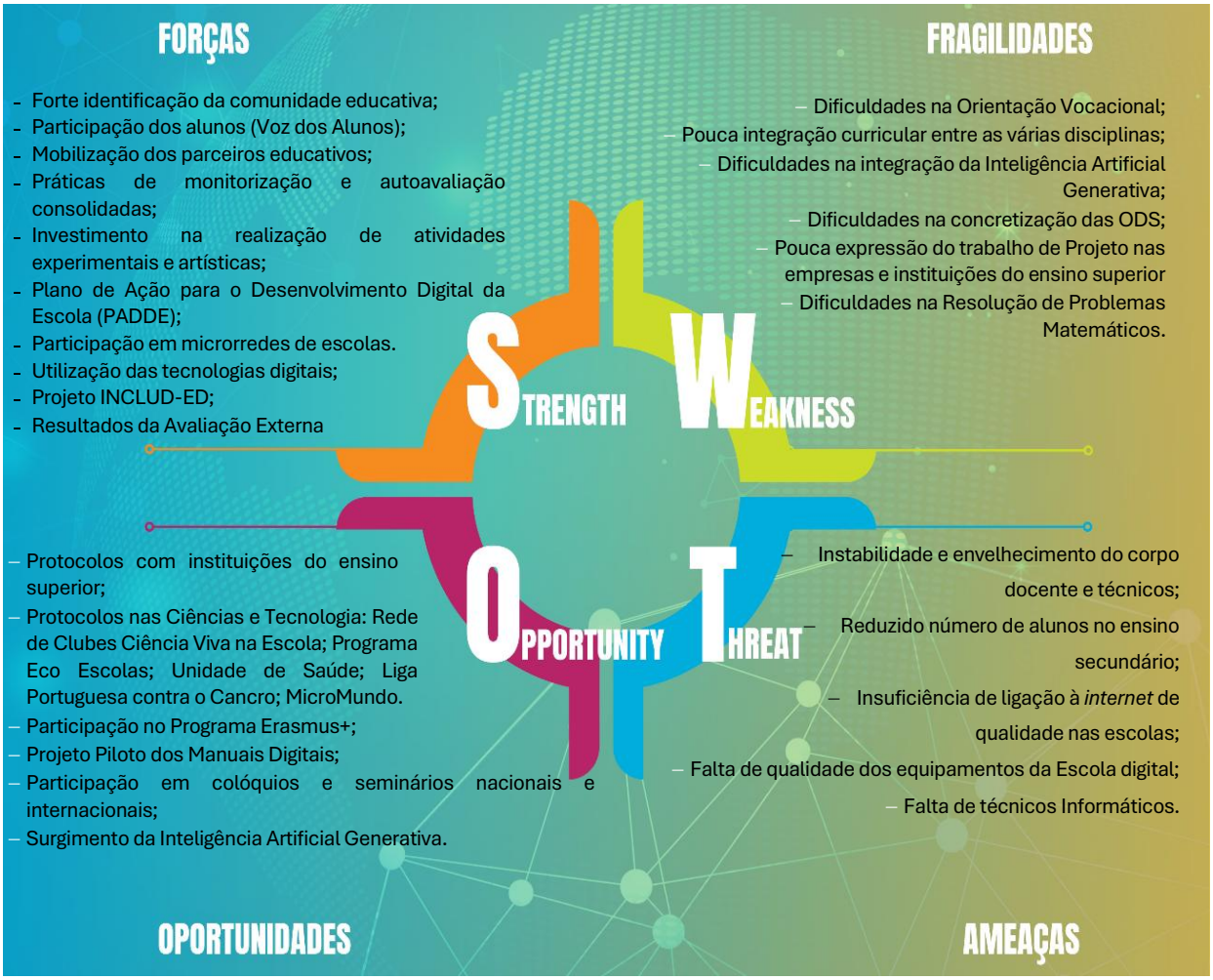
2.º e 3.º ciclo		N.º de Alunos	N.º de Turmas
5.º ano	Regular	52	3
	Curso básico de Teatro	15	1
6.º ano	Regular	59	3
7.º ano	Regular	77	4
8.º ano	Regular	94	5
9.º ano	Regular	62	3

Secundário	10.º ano		11.º ano		12.º ano	
	N.º de Al	N.º de T	N.º de Al	N.º de T	N.º de Al	N.º de T
Ciências e Tecnologias	16	1	16	1	23	1
Línguas e Humanidades	23	1	19	1	13	1
Ciências Socioeconómicas	4	0	4	0	2	0
Curso Profissional	16	1	0	0	7	1

V- ANÁLISE SWOT

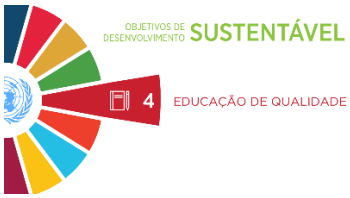
O P-PIP 2.o segue os mesmos princípios do Plano de Ação (PA), elaborado no âmbito do Programa TEIP 4, considerando os resultados obtidos através dos processos de monitorização, avaliação interna, autoavaliação e avaliação externa, bem como os relatórios gerados tanto pelo Observatório da Qualidade (OQ) quanto pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC).

Na análise SWOT que se segue são identificados os principais desafios que nortearão a definição das linhas de atuação deste P-PIP 2.0, não descurando outras já incluídas no PA do Programa TEIP 4, porém, aqui apenas se dará relevância às que se focam diretamente no ensino secundário. Tal como no PA, esta seleção é informada, em particular, pelos contributos do mais recente relatório do OQ, datado de julho de 2023, garantindo que o plano esteja alinhado com as necessidades e oportunidades mais atuais. Pela análise do diagrama e da tabela apresentada no ponto anterior, são várias as fragilidades que devem ser atacadas, atentando-se às ameaças que atravessamos, no entanto, destaca-se o reduzido número de alunos no curto histórico de ensino secundário, o que reduz a capacidade de gestão das opções disciplinares.



VI- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os ODS da ONU, também integrados na agenda da OCDE, apresentam-se como um quadro de referência para a educação no século XXI. No contexto do ensino secundário, destacam-se os seguintes ODS, com objetivos específicos a que a Escola se propõe:

	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades Educar toda a comunidade escolar sobre a importância da saúde e do bem-estar Desenvolver práticas saudáveis na comunidade Envolver a comunidade local na promoção da saúde e bem-estar Defender políticas que sustentem práticas de saúde de longo prazo Monitorizar e avaliar a eficácia das iniciativas implementadas.
	Garantir a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos Garantir que todos os alunos, independentemente de seu género, origem, status socioeconómico, competências ou qualquer outra distinção, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais Incentivar uma cultura de aprendizagem contínua entre todos os membros da comunidade escolar
	Assegurar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas. Garantir que alunos de todos os géneros tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais e extracurriculares. Assegurar que os materiais didáticos e o currículo promovam uma representação equitativa de todos os géneros e evitem perpetuar estereótipos Criar um ambiente escolar seguro onde todos os alunos possam aprender sem medo de assédio ou violência baseada em género Envolver pais e membros da comunidade na promoção da igualdade de género dentro da escola
	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. Eliminar barreiras que impedem o acesso igualitário à educação Criar um ambiente escolar que promova ativamente a inclusão de todos os alunos Fortalecer as capacidades de grupos historicamente marginalizados para garantir sua participação plena e efetiva na vida escolar Identificar, prevenir e combater práticas discriminatórias dentro da escola Comprometer a comunidade local e outras instituições para apoiar esforços educacionais inclusivos
	Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos Garantir que todos os alunos e funcionários estejam informados e conscientes dos impactos das mudanças climáticas Implementar práticas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa associadas às operações escolares Incentivar modos de transporte que contribuam menos para as emissões de carbono Utilizar de forma eficiente e sustentável os recursos naturais disponíveis Comprometer alunos e funcionários a tornarem-se líderes e defensores da ação climática na comunidade

VII- QUADRO PARA A APRENDIZAGEM DO SÉCULO XXI

O "Quadro para a Aprendizagem do Século XXI" é uma visão unificada para a aprendizagem que garante o sucesso dos estudantes num mundo onde a mudança é constante e a aprendizagem

nunca para. Desenvolvido com a contribuição de educadores, especialistas em educação e líderes empresariais, este quadro define e ilustra as competências, conhecimentos, experiências e sistemas de apoio que os estudantes precisam para ter sucesso no trabalho, na vida e na cidadania, também alinhados com as AE, com a ENEC, a operacionalização do PASEO e com os princípios do nosso Projeto Educativo, operacionalizados no Plano de Ação proposto ao Programa TEIP 4.

Adaptado de *The Partnership of 21 st century Learning (P21) Framework* (Raymundo, 2020)[4]

Todos os elementos do quadro são críticos para garantir a preparação para o século XXI de cada estudante.

[4] Raymundo, M. R. D. R. (2020). Fostering creativity through online creative collaborative group projects. *Asian Association of Open Universities Journal, 15*(1), 97–113. doi:10.1108/aaouj-10-2019-0048

1. **Competências de Vida e Carreira**

Descrição:

- os alunos atuais precisam de desenvolver competências de pensamento, conhecimento de conteúdo e competências sociais e emocionais para navegar em ambientes complexos da vida e do trabalho.

Pontos-chave:

- flexibilidade, iniciativa, competências sociais, competências de liderança e produtividade.
- competências essenciais para o sucesso em ambientes de trabalho e vida complexos.

2. **Competências de Aprendizagem e Inovação**

Descrição:

- as competências de aprendizagem e inovação são fundamentais para preparar os alunos para ambientes de trabalho e de vida cada vez mais complexos.

Pontos-chave:

- criatividade, pensamento crítico, comunicação e colaboração.
- diferenciam alunos preparados para o mundo atual daqueles que não o estão.

3. **Competências em Múltiplas Literacias (Informação, Media e Tecnologia)**

Descrição:

- os cidadãos e trabalhadores eficazes devem possuir competências funcionais e de pensamento crítico num ambiente tecnológico e mediático.

Pontos-chave

- literacia informacional, mediática e de TIC.
- competências necessárias para contribuições individuais em grande escala.

4. **Temas e Disciplinas-Chave no Século XXI**

Descrição:

- a maestria em disciplinas-chave e temas do século XXI é crucial para o sucesso dos alunos.

Pontos-chave:

- as disciplinas-chave incluem: inglês, matemática, ciências, história, entre outras.
- interligação de temas interdisciplinares do século XXI em matérias-chave é essencial.

VIII- PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA (PASEO)

O PASEO define um quadro de referência para a educação obrigatória em Portugal, centrado no desenvolvimento de competências transversais. Os alunos à saída da escolaridade obrigatória devem evidenciar um perfil de cidadania global, com competências em diferentes domínios:

- Científico, Técnico e Tecnológico: Pensamento crítico e criativo, Raciocínio e resolução de problemas.
- Cultural, Linguístico e Artístico: Expressão e Comunicação, Apreciação estética.
- Pessoal e Social: Resiliência, Colaboração, Bem-estar.
- Ambiental e de Sustentabilidade: Consciência ecológica e Responsabilidade social.

IX- APRENDIZAGENS ESSENCIAIS (AE)

Apesar da autonomia que o P-PIP 2.0 proporciona, esta não deve ser interpretada como uma autorização ilimitada na implementação dos princípios que sustentam as Aprendizagens Essenciais.

Com efeito, conforme sustenta a Direção-Geral da Educação[5], as Aprendizagens Essenciais constituem documentos de orientação curricular essenciais na planificação, execução e avaliação do processo educativo, destinados a fomentar o desenvolvimento das competências delineadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Consequentemente, considerando que as Aprendizagens Essenciais representam o alicerce fundamental da educação de todos os alunos, sendo articuladas numa tríade composta por conhecimentos, capacidades e atitudes ao longo da evolução curricular, o P-PIP 2.0 mantém com clareza, tanto nas disciplinas já estabelecidas como nas introduzidas:

(a) o que os alunos devem conhecer (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, essenciais, conceitualmente articulados, relevantes e significativos);

(b) os processos cognitivos que devem ser ativados para adquirir esse conhecimento (as operações/ações necessárias para a aprendizagem);

(c) as competências práticas associadas a esse conhecimento (demonstrar o que foi aprendido), numa determinada disciplina – considerando a sua especificidade e a interligação transversal com os conhecimentos de diversas disciplinas –, num determinado ano letivo.

Tudo isso está igualmente integrado no ensino secundário e considerado na sua continuidade e articulação com o ensino básico.

[5] https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0

X- ESTRATÉGIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA (ENEC)

No contexto da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania, a componente Cidadania e Desenvolvimento é desenvolvida conforme estipulado no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Neste quadro, a Escola procedeu à elaboração e subsequente aprovação, pelos órgãos competentes, do Documento Orientador da Estratégia da Escola da Educação para a Cidadania. Este documento enumera as áreas temáticas que serão abordadas em cada ciclo educativo, com especial ênfase no ensino secundário.

O referido documento advoga uma aposta decisiva na flexibilidade curricular, promovendo dinâmicas pedagógicas que favorecem a inovação e a articulação entre as diversas disciplinas, fundamentadas no Plano de Inovação. Este enfoque pedagógico visa não só a integração curricular eficaz, mas também o desenvolvimento de competências cívicas essenciais, preparando os alunos para uma participação consciente e ativa na sociedade, de forma transversal no ensino secundário.

XI- OBJETIVOS E METAS

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza a sexta edição da publicação nacional de acompanhamento estatístico da Agenda 2030 da ONU **- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030 - Indicadores para Portugal: 2015-2022**[6], que pode ser consultada aqui. Em 2023, esta publicação corresponde simultaneamente ao anexo estatístico do 2º Relatório Voluntário Nacional português (exercício de revisão nacional do progresso alcançado).

Nessa conformidade, apresentam-se os principais objetivos estratégicos do P-PIP 2.0, com indicadores e metas, delineando, para cada caso, as linhas de atuação, para um período máximo de 3 anos. O projeto de inovação pedagógica para o ensino secundário aqui proposto visa capacitar os alunos para serem cidadãos globais, conscientes e ativos, em linha com os princípios dos ODS e do PASEO. Ao integrar os princípios de ambição, equidade e liberdade, procuramos criar um ambiente educativo inovador e inclusivo, que permita a todos os alunos atingirem o seu pleno potencial.

Para apresentação dos objetivos e metas foram tidos em conta os eixos de intervenção do Programa TEIP4, para assegurar a coerência com o proposto no plano de ação daquele programa. Deste modo, as áreas de intervenção são:

Áreas de Intervenção	Domínio com que se correlaciona cada área
Ensino e Aprendizagem	Prestação de serviço educativo e melhoria das aprendizagens
Liderança	Gestão e organização pedagógica
Comunidade	Parcerias e envolvimento de todo o ecossistema de aprendizagem

[6] Instituto Nacional de Estatística - **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Indicadores para Portugal: 2015-2022.** Lisboa : INE, 2023. Disponível na www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/611060313>. ISSN 2184-2264. ISBN 978-989-25-0642-5

Área de intervenção	☒ Ensino e Aprendizagem	☒ Lideranças	☐ Comunidade
Problema	Dificuldades na concretização das ODS; Pouca integração curricular entre as várias disciplinas		

Objetivo Estratégico 1:
Desenvolver Competências de Cidadania Global

Objetivos Operacionais

Promover o pensamento crítico e a empatia global, com enfoque nos desafios das alterações climáticas, igualdade de género e redução das desigualdades

Indicadores	Metas	Linhas de Atuação Transversais	Calendarização
Percentagem de turmas com a operacionalização de projetos que articulam com as temáticas ENEC.	100%	Planificação em equipas pedagógicas; Professor orientador/Tutor – 1 Professor/15 alunos; Articulação com o Observatório do Bem-Estar Operacionalização na disciplina de Projeto	Ao longo de cada período
Taxa de alunos com atitudes preconceituosas ou discriminatórias	0%	Workshops com alunos Palestras	1/8 semanas
		Café, Contudo...	1/mês

Objetivo Estratégico 2:
Fomentar a Participação Ativa dos Alunos, com Incorporação dos ODS

Objetivos Operacionais

Integrar os ODS nos projetos e disciplinas do ensino secundário, incentivando os alunos a aplicar o conhecimento nas suas comunidades

Indicadores	Metas	Linhas de Atuação Transversais	Calendarização
Taxa de projetos e disciplinas que integram pelo menos um dos ODS selecionados	100%	Planificação em equipas pedagógicas	Ao longo de cada período
Existência de um guia pedagógico para integração dos ODS nos currículos	Construir o guia	Equipa de coordenação dos Projetos	Até final de 2024

Área de intervenção	☒	Ensino e Aprendizagem	☒	Lideranças	☒	Comunidade
Problema	Dificuldades na integração da Inteligência Artificial Generativa; Pouca expressão do trabalho de Projeto nas empresas e instituições do ensino superior Dificuldades na Resolução de Problemas Matemáticos.					

Objetivo Estratégico 3:
Promover Ambientes de Aprendizagem Inclusivos e Inovadores

Objetivos Operacionais

Implementar metodologias pedagógicas inovadoras que fomentem a participação, a criatividade e a resolução de problemas

Indicadores	Metas	Linhas de Atuação Transversais	Calendarização
Taxa de alunos em risco de abandono escolar	0%	Articulação com OBE – SPO – Famílias – CPCJ Professor orientador/Tutor	Ao longo de cada período
Taxa de turmas com metodologias pedagógicas inovadoras (e.g., aprendizagem baseada em projetos)	80%	Equipa de coordenação dos Projetos Planificação em equipas pedagógicas	Ao longo de cada período
Taxa de alunos com Projetos integrados em empresas e /ou instituições do ensino superior	90%	Coordenadora com entidades externas[7] Professor orientador/Tutor	Ao longo dos 3 anos
Taxa de projetos com integração de Inteligência Artificial generativa	70%	Planificação em equipas pedagógicas Articulação com a nova disciplina criada.	

Área de intervenção	☒	Ensino e Aprendizagem	☐	Lideranças	☒	Comunidade
Problema	Dificuldades na Orientação Vocacional; Pouca expressão do trabalho de Projeto nas empresas e instituições do ensino superior					

Objetivo Estratégico 4:
Acompanhar o impacto das medidas na melhoria nos resultados escolares

Objetivos Operacionais

Monitorização das medidas e metodologias pedagógicas inovadoras constantes no plano curricular e seu impacto nos resultados escolares.

Indicadores	Metas	Linhas de Atuação Transversais	Calendarização
Taxa de alunos que concluem o ensino secundário com sucesso	95%	Articulação com OQ – SPO – Famílias – CPCJ Professor orientador/Tutor Monitorização a cada 8 semanas das medidas articuladas com o Plano de Ação do TEIP 4	Ao longo de cada período
Taxa de alunos com sucesso na prova de aptidão na disciplina de Projeto	100%	Nomeação do Professor orientador/Tutor Articulação com empresas e/ou instituições do ensino superior Trabalho autónomo Apresentações periódicas do trabalho desenvolvido	Ao longo de cada período
Taxa de sucesso na nova disciplina criada	100%	Dinamização de trabalhos de investigação com IA Comunicações em público	Ao longo de cada ano
Taxa de sucesso na avaliação externa	> nac.	Monitorização – comparação com o valor nacional nas disciplinas de exame	Ao longo de cada ano
Taxa de alunos que entram na 1.ª opção no ensino superior	50%	Orientação vocacional acompanhada desde o ensino básico Monitorização – acompanhamento dos alunos.	

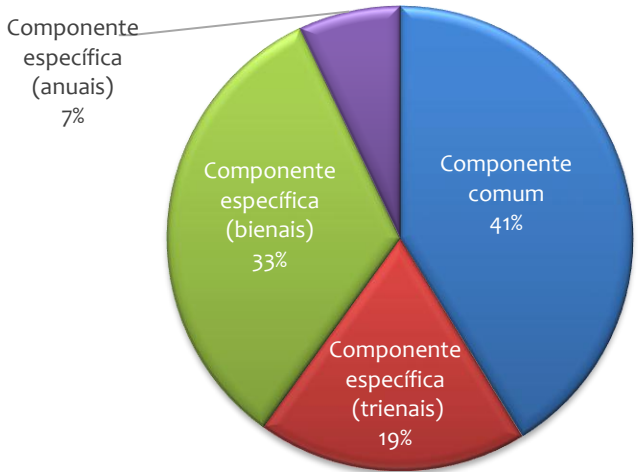
[7] Cargo que articula com todos os tutores, a fim de facilitar a comunicação e abordagem ao tecido empresarial local e a instituições do ensino superior.

XII- MATRIZ CURRICULAR

A matriz cumpre integralmente os normativos legais, no que respeita às Aprendizagens Essenciais e ao Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatório, bem como a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (anexo I).

1. Dimensões da matriz curricular

Os alunos devem completar, adicionalmente a uma Componente Comum (CC), uma Componente Específica (CE) para a finalização do seu percurso no ensino secundário. No âmbito da CE, deverão concluir uma disciplina trienal, duas disciplinas bienais e duas disciplinas anuais. É imperativo a obtenção de aprovação em todas as disciplinas integrantes do currículo estabelecido.



1.1. Flexibilidade

a) Integração de uma componente comum e uma componente específica, com possibilidade de opção flexível pelos alunos na sua escolha e no tempo. Os alunos podem escolher as disciplinas trienais e bienais, as quais podem iniciar-se no 10.º ou no 11.º ano. Podem, ainda, escolher livremente as disciplinas anuais no 10.º ano, no 11.º ano ou apenas no 12.º ano.

b) A componente comum integra:

   i. todas as disciplinas comuns a todos os alunos.

   ii. a disciplina de literacia financeira, com aprendizagens essenciais propostas e aprovadas pela DGE, na área da matemática, nos domínios de: estatística, financeira e dos dados (módulos fixos + módulos opcionais+ módulos a definir pela escola).

   iii. a disciplina de Projeto.

Conceito	Esta disciplina visa o aprofundamento dos conhecimentos, capacidades e competências previstas nas AE das diversas disciplinas, no PASEO e na ENEC, através da conceção, implementação e avaliação de projetos aplicados, por parte dos alunos.
Duração	Estes projetos podem ter a duração de 8 semanas ou de 1 semestre.
Natureza	Científica, tecnológica, artística, social, cultural ou outra, a aprovar pelo respetivo conselho de turma. O projeto inclui uma componente que será desenvolvida em língua inglesa, abrangendo tanto apresentações orais quanto escritas. Esta componente pode ser implementada em parte ou na totalidade dos projetos.
Finalidade pedagógica	Pretende incentivar o trabalho autónomo, a autoconfiança, proporcionando ao aluno o contacto com conhecimento, métodos e técnicas situados para além dos habitualmente considerados em sala de aula.
Avaliação intermédia	A avaliação nos períodos e anos intermédios segue o definido nos critérios gerais de avaliação, como qualquer outra disciplina. Deve incluir sempre uma descrição da evolução do projeto, como orientação do trabalho produzido.
Avaliação final	Classificação final no ano terminal da mesma. Contempla a realização de uma prova de aptidão pública, sendo calculada tendo em consideração os seguintes elementos: pré-projeto, desenvolvimento do projeto, relatório final e apresentação pública.
	Para efeitos de aprovação, esta componente curricular é equiparada a uma disciplina.

c) Aprofundamento do Trabalho interdisciplinar e articulação curricular:

A tradição desta escola, tanto no contexto do programa TEIP quanto no Plano de Inovação, é caracterizada pela atuação de equipas pedagógicas que fomentam dinâmicas pedagógicas inovadoras e que implementam práticas de natureza interdisciplinar e de articulação curricular. Esta característica é evidenciada nos Referenciais de Integração Curricular (RIC) no ensino básico e nos Projetos de Integração Curricular (PIC) no ensino secundário.

No âmbito do P-PIP 2.0, a prática interdisciplinar e a articulação curricular são implementadas essencialmente através da:

i. Disciplina de Projeto, cuja implementação é fomentada por um trabalho interdisciplinar robusto e por uma articulação curricular estratégica, enfatizando:
   - O desenvolvimento de temas centrados na ENEC, nas AE e no PASEO;
   - A natureza da disciplina, com a descrição e os objetivos mencionados anteriormente;
   - Uma forte interligação com o ensino da língua inglesa.

ii. Organização das disciplinas em ciclos de oito semanas, durante as quais ocorre monitorização e avaliação contínuas, assim como a planificação periódica, proporcionando um feedback construtivo aos alunos e aos seus encarregados de educação.

iii. Integração de projetos desenvolvidos por turmas ou equipas pedagógicas, que são apresentados à comunidade educativa durante as semanas temáticas, também organizadas a cada oito semanas. Estas apresentações contam com a participação ativa dos encarregados de educação e de outros parceiros educativos, fortalecendo a conexão entre a escola e a comunidade.

Este enfoque didático-pedagógico reflete um compromisso com a educação integral, interligada e contextualizada, preparando os alunos não apenas academicamente, mas também como cidadãos ativos e responsáveis.

1.2. Legalidade e Autonomia

d) A componente específica (CE) integra:

i. as disciplinas que compõem os Anexos I, II, III e IV da portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto.

ii. a disciplina Pensamento Científico e Inteligência Artificial (PCIA), que mobiliza parcialmente Unidades de Formação de Curta Duração dos Cursos Profissionais e as AE que serão submetidas a validação da DGE, após aprovação pelo Conselho Pedagógico, que constam do anexo II[8].

e) Na CE, os alunos podem optar pela frequência de qualquer uma das disciplinas, de entre as que a escola oferecer.

f) As disciplinas mencionadas anteriormente podem ser concluídas em qualquer um dos anos do ensino secundário, salvaguardando-se a frequência de disciplinas que permitam a realização dos exames finais nacionais necessários para a conclusão deste nível de ensino.

g) O desenvolvimento das disciplinas pode considerar a articulação entre escolas, o mundo do trabalho e as instituições de ensino superior, nomeadamente em regime de trabalho autónomo.

[8] Construídas de acordo com o documento enquadrador das AE proposto pela DGE - https://www.dge.mec.pt/educacao-para-a-cidadania/documentos-de-referencia

XIII- MONITORIZAÇÃO

Para que este plano de intervenção tenha sucesso é crucial uma boa monitorização, com o envolvimento de toda a comunidade educativa, incluindo alunos e encarregados de educação. Deste modo, o plano de monitorização segue o esquema previsto para o plano de ação proposto no programa TEIP 4, sendo que a sua calendarização, produtos, metodologias e formatos de apresentação são os que se seguem:

Calendarização da monitorização e avaliação	
Calendarização	**Objetivos**
Mensal	Aferir o cumprimento das metas das diferentes linhas de atuação em CP.
Final de Período	Aferir o desvio face às metas gerais.
Novembro	1º Painel de discussão do PA.
Fevereiro	2º Painel de discussão do PA.
Maio	Questionários de satisfação/Inquérito bienal de autoavaliação.
junho/julho	3º Painel de discussão (balanço intermédio do PIPP 2.0).

Produtos da monitorização / avaliação		
Produtos / metodologias / formatos de apresentação		**Calendarização**
Estratégias de divulgação	Relatórios mensais a apresentar em cada CP	Última 4ª feira de cada mês
	Inserção dos relatórios na Plataforma Moodle	Mensalmente
	Compilação das conclusões essenciais, a serem atendidas por cada um dos intervenientes/interlocutores	Reuniões com os responsáveis pelas estruturas de acordo com necessidade.
	Relatório final de autoavaliação	Julho
Reflexão sobre os resultados	Análise dos relatórios pelos Departamentos ou outras estruturas	Na semana seguinte a cada CP
	Painéis de monitorização ao longo do ano letivo	Novembro; fevereiro; junho
Impactos esperados da reflexão	Alertas para a prevenção de situações de risco relacionadas com a indisciplina, o absentismo e o insucesso	
	Criação de relatórios na PAI e INOVAR+, disponíveis para a comunidade escolar	
	Informação articulada e cruzada dos alunos, nas suas diversas dimensões (contexto familiar, percurso educativo)	
	Criação de indicadores de coorte por aluno e disciplina	
	Melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e dos processos de avaliação	

XIV- PLANO DE CAPACITAÇÃO

Temáticas / Ações	Grupo-Alvo	Entidade Responsável	Formas de avaliação do impacto da ação de capacitação	Cronograma		
				24/25	25/26	26/27
A monitorização e a superVisão colaborativa	Professores coordenadores	Conselho Pedagógico	Questionários Melhores práticas de Comunicação; Melhoria nos projetos colaborativos; Sessões de coaching.	X		X
Aprendizagem Cooperativa - Coopera	Educadoras e Professores	COOPERA	Melhoria nos projetos colaborativos; Melhoria na Gestão do Tempo Melhoria das tensões nos grupos	X		X
Lideranças Inovadoras – intervenção *bottom-up*	Lideranças intermédias	CFAEPPP	Sessões de coaching; Questionários; Facilidade de acolhimento de migrantes	X		
Educação Inclusiva – abordagem multinível	Professores e Técnicos	SPO	Melhoria no acompanhamento dos alunos com medidas; Melhorias na elaboração de documentos (RTP)	X	X	X
A Integração curricular como potenciadora da avaliação formativa	Professores	CFAEPPP	Recolha de evidências de: Melhores práticas de avaliação formativa Melhoria nos projetos colaborativos Melhoria na construção de cenários de aprendizagem Melhorias nas taxas de qualidade de sucesso; Melhorias nas *softskills;* Melhorias no uso das tecnologias; Taxa de utilização de avaliação digital; Aumento do Bem-estar coletivo; Aumento das taxas de sucesso nas ciências experimentais e artes.	X	X	X
Cenários de Aprendizagem – Resolução de problemas de forma criativa, com recurso à Inteligência Artificial	Professores	CFAEPPP			X	
Cenários Inovadores através da utilização de RED (Recursos Educativos Digitais)	Professores das áreas respetivas	Equipa P-PIP 2.0			X	
As STEM e as STEAM - Metodologias Criativas e Inovadoras	Professores	CFAEPPP			X	X
INCLUD-ED: desafios de uma Comunidade Aprendente	Comunidade Educativa	Conselho Pedagógico	Maior envolvimento da comunidade; Questionário de Satisfação	X		X
Áreas didáticas das diferentes disciplinas do currículo – abordagens inovadoras	Professores das áreas respetivas	CFAEPPP	Melhorias nas taxas de sucesso das disciplinas	X	X	

XV- PARTICIPAÇÃO E RELAÇÃO DA COMUNIDADE

Para a participação e construção deste projeto foram auscultados todos os membros da comunidade educativa, em três fase distintas, como se ilustra no diagrama em baixo:

1. **Auscultação (brainstorming)**
   Todos os participantes contribuíram com ideias, empregando uma metodologia de pensamento divergente, com o objetivo de se delinear o trajeto a prosseguir.

2. **Focagem**
   Depois de partilha com diferentes parceiros, incluindo outras Escolas, foi desencadeado o processo de pensamento convergente a fim de se iniciar a construção do projeto.

3. **Partilha**
   Já com o projeto desenhado, o seu esboço foi submetido a toda a comunidade para discussão, agregação de sugestões e reformulação.

4. **Aprovação**
   Esta fase envolve a aprovação da proposta por parte dos órgãos da escola, sendo que a proposta final ainda será submetida.

XVI- FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Para além das ameaças descritas na análise SWOT no capítulo V, entende-se que há fatores críticos de sucesso que devem ser aqui atendidos, os quais podem pôr em causa o sucesso deste projeto. Elencam-se, por conseguinte, tais fatores por ordem prioritária, com sugestões de resolução externas e internas.

1. **Instabilidade docente** – agravada pela circunstância de este ser um ano de concursos nacionais e, no caso particular desta Escola, os docentes do ensino secundário terem de concorrer, dado a situação contratual em que se encontram – Quadros de Zona Pedagógica. Proposta de atenuação do problema: possibilidade de submeter um pedido de mobilidades estatutárias para docentes envolvidos no projeto (anexo III).
2. **Informação dos Encarregados de Educação (EE) face à inovação proposta**
   Proposta de solução: intensificação de formação interna com EE, com enfoque nas questões de segurança da proposta, criando laços de confiança interna, à semelhança do que foi feito no P-PIP 1.0.
3. **Recursos físicos –** necessidades de manutenção
   Proposta de solução: articulação com autarquia e outros parceiros, no sentido de resolver questões de acesso à internet; melhoria de espaços de aprendizagem; manutenção de equipamentos.

XVII- DISPOSIÇÕES FINAIS

Tal como previsto nas diferentes reuniões com a equipa de acompanhamento, este projeto garante que várias situações sensíveis, respeitantes à gestão e organização do currículo, estejam asseguradas, por forma a que nenhum aluno fique prejudicado. Tais garantias prendem-se com:

a) Garantir a possibilidade de reversão e ou permeabilidade entre percursos formativos e a transferência entre escolas;
b) Garantir que aos alunos que venham a frequentar os planos de estudo aprovados, através dos projetos de inovação pedagógica, sejam aplicáveis subsidiariamente as normas previstas no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, e respetiva regulamentação;
c) Aplicar a estes alunos as regras de transição e aprovação de ano de escolaridade, atualmente em vigor, com as necessárias adaptações.

ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR

Anexo I – MATRIZ CURRICULAR

DISCIPLINAS				Carga Horária Semanal			Totais (tempos)	Totais (minutos)
				10.º	11.º	12.º		
Componente comum		Português	Cidadania e Desenvolvimento [13]	4	4	5	13	650
		Inglês		2	2	2	6	300
		Filosofia		3	3		6	300
		Educação Física		2	2	4	8	400
		Projeto		(2)[9]	(2)[7]	(2)[7]	(6)[7]	0
		Literacia Financeira		1		1	2	100
		TOTAL		**12**	**11**	**12**	**35**	**1750**
Componente específica	TRIENAIS	Desenho A		5	5	6	16	800
		Matemática A						
		História A						
		TOTAL de trienais		**5**	**5**	**6**	**16**	**800**
	BIENAL I[10]	Biologia e Geologia; Física e Química A; Economia A; História da Cultura e das Artes; MACS; Matemática B; História B; Literatura Portuguesa; Geografia A; Geometria Descritiva A		7	7		28	1400
	BIENAL II[8]			7	7			
		TOTAL de bienais		**14**	**14**	**0**	**28**	**1400**
	ANUAL I[11]	Aplicações Informáticas B; Ciência Política; Oficina de Artes; Sociologia; Oficina de Multimédia B; Psicologia B; Biologia; Economia C; Filosofia A; Física; Geografia C; Química; Inglês; **Pensamento Científico e Inteligência Artificial**[12]				3	3	150
	ANUAL II[9]					3	3	150
		TOTAL de anuais		**0**	**0**	**6**	**6**	**300**
Religião[13]				(1)	(1)	(1)	(3)	(150)
		TOTAL (FINAL) - Tempos		**31**	**30**	**24**	**85**	
		TOTAL (FINAL) - Minutos		**1550**	**1500**	**1200**		**4250**

[9] O Projeto é uma disciplina autónoma, desenvolvida em grupo nos 10.º e 11.º ano e individualmente no 12.º ano, com articulação direta às empresas e à academia, mediante os interesses dos alunos. Os tempos dedicados a esta disciplina resultam da reafectação de 50 minutos da carga horária semanal de duas disciplinas bienais e/ou anuais (num total de 100 minutos), que variam de período para período.

[10] A distribuição das disciplinas bienais poderá ser feita de forma diferente do que aqui se propõe (iniciar no 11-º ano, por exemplo), respeitando a liberdade de escolha de cada aluno, sendo que tal deve ser equilibrado, mediante as escolhas das disciplinas anuais, no sentido de não tornar demasiado desequilibrada a carga horária de cada ano de escolaridade e acumular os exames no 12.º ano.

[11] A distribuição das disciplinas anuais poderá ser feita de forma diferente do que aqui se propõe (iniciar no 10-º ano, por exemplo), respeitando a liberdade de escolha de cada aluno, sendo que tal deve ser equilibrado, mediante as escolhas das disciplinas bienais, no sentido de não tornar demasiado desequilibrada a carga horária de cada ano de escolaridade.

12 Disciplina que mobiliza parcialmente Unidades de Formação de Curta Duração dos Cursos Profissionais e as AE que serão submetidas a validação da DGE, após aprovação pelo Conselho Pedagógico, que constam do anexo I.

[13] Disciplina de frequência facultativa, com um tempo letivo de 50 minutos.

[13] Componente desenvolvida com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação, nos termos do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2108 de 6 de julho.

ANEXO II – PENSAMENTO CIENTÍFICO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL